

Brasil tem hoje 2,4 milhões de crianças sem escola

Regis Farr

A cada ano, 300 mil crianças brasileiras de 7 anos — 70% das quais vivem no Nordeste — deixam de entrar para a escola por falta de vagas na rede pública ou de colégios perto de onde moram. Pior ainda: elas nunca estudarão, pelo menos até os 14 anos, o que significa que hoje há, no país, 2 milhões 400 mil crianças entre 7 e 14 anos que nunca assistiram a uma aula.

Estes dados foram levantados por Sérgio Costa Ribeiro, do Laboratório Nacional de Computação Científica, e Philip Fletcher, da Organização Internacional do Trabalho, em pesquisa particular desenvolvida desde 1984 e recentemente concluída. O levantamento aponta outro dado considerado muito grave pelos pesquisadores: o aluno da escola pública leva em média, dois anos para fazer a primeira série, tempo que chega a três anos e meio na zona rural nordestina.

Somando-se às crianças que nunca assistiram ou assistirão a uma aula aquelas que estão à espera de uma vaga (difícil, devido ao alto índice de repetência na 1ª série) as que abandonaram a escola há menos de um ano e as que deixaram de estudar há mais de um ano (e que provavelmente não voltarão à escola, por já estarem trabalhando) há, no país, 6 milhões 500 mil crianças dos 7 aos 14 anos sem estudar.

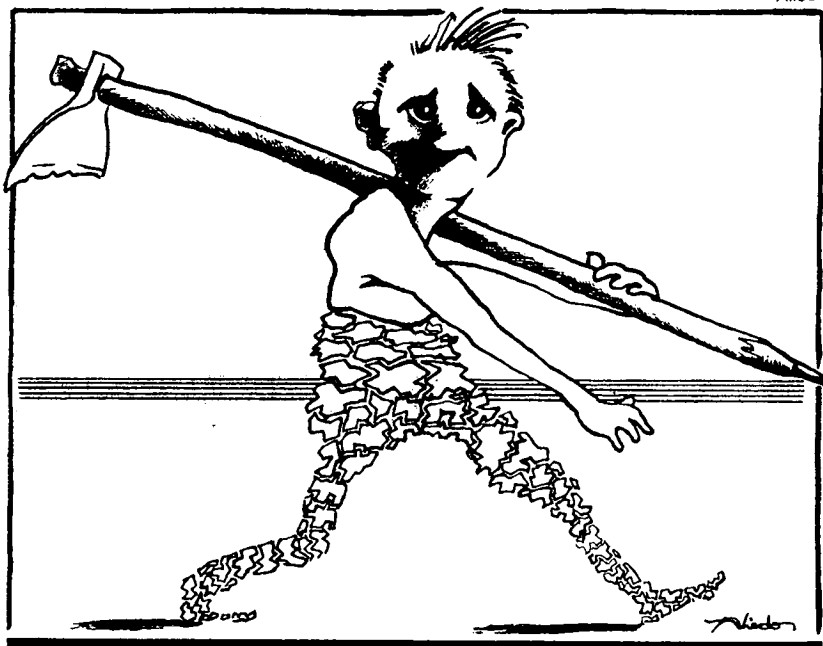
— A situação só não é pior — diz Sérgio Costa Ribeiro — porque o brasileiro quer ir à escola, quer estudar, como mostram os números que apuramos. Para a população entre 5 e 24 anos, a média de tempo que cada um permanece no 1º grau é de 7,6 anos, o que seria praticamente suficiente para terminar o 1º grau, não fosse o alto índice de repetência.

A reprovação na primeira série é tão alta que, na melhor das hipóteses — na região urbana Sudeste de renda alta — há 57% a mais crianças do que deveria haver, contra 146% a mais nas escolas da zona rural do Nordeste.

Os números levantados por Fletcher e Costa Ribeiro diferem dos dados oficiais — mais altos ou mais baixos, às vezes, incompletos, na maioria das ocasiões — pela forma de sua apuração: eles se ativeram aos dados do censo de 1980 e da pesquisa nacional por amostra de domicílios de 82, os últimos disponíveis à época do início do trabalho, o que não altera, segundo eles, o resultado da pesquisa, uma vez que, de lá até hoje, só houve crescimento vegetativo da população, permanecendo os mesmos índices de crianças sem escolas ou repetentes.

As secretarias e o Ministério da Educação, segundo Costa Ribeiro, divulgam os números enviados pelas escolas, na maioria das vezes distorcidas ou para “provar” que a escola é boa e não deve ser penalizada ou até mesmo devido ao estigma da repetência, o que as leva a matricular repetentes como alunos novos.

— Observamos — diz Sérgio Costa Ribeiro — que o número total de matrículas declaradas pelas fontes oficiais tende a ser sempre maior do



Taxas anuais de repetência

(Em porcentagem da matrícula)

Série	Brasil	Sudeste Urbano de Renda Alta	Centro-Oeste Urbano de Renda Baixa	Nordeste Rural de Renda Baixa
1	53,7	37,4	63,6	73,9
2	33,4	24,7	38,9	52,4
3	25,9	23,3	21,6	50,4
4	20,4	17,3	23,1	48,7
5	30,4	30,4	49,0	48,4
6	17,2	23,0	46,4	25,5
7	14,0	16,1	37,7	38,6
8	15,4	13,6	49,6	55,8

que o real, principalmente nas primeiras séries. Isto deve estar ligado à prática comum de distribuição de recursos financeiros, humanos e de material em função do número de crianças matriculadas. No final do ano, o excesso de matrículas é transformado em “evasão”.

Os dados oficiais, segundo Fletcher e Costa Ribeiro, superestimam sempre a evasão escolar que, segundo eles, não passa de 2% na primeira série, e subestimando a repetência. “O erro é tão grande”, afirmam, “que o número de alunos novos das estatísticas oficiais ultrapassa o tamanho de uma geração, superando, assim, as possibilidades demográficas!”

O levantamento feito pelos pesquisadores, como lazer de seus fins de semana em Brasília durante cinco anos, concluiu que 90% das pessoas de cada geração têm acesso à escola, mesmo se atrasados em relação à idade. No entanto, 10% de cada geração — 300 mil crianças por ano — não conseguem entrar na escola.

Este número é nacional, mas há variações marcantes de acordo com a região, a área da residência — urbana da rural — e a faixa de renda familiar da população. Assim é que, no Sudeste e no Sul, 95% das crianças de cada geração entram na escola, enquanto só 79% das crianças do Nordeste conseguem começar o 1º grau. Como a região concentra 33% da população do país, conclui-se que, das 300 mil que não chegam à escola, 209 mil são do Nordeste e, destas, 152 mil moram na área rural e são filhos de famílias com renda inferior a um salário mínimo.

Para a pesquisa, Costa Ribeiro e

Fletcher dividiram a população brasileira em três faixas econômicas: alta (renda domiciliar acima de dois salários mínimos), média (renda entre um e dois mínimos) e baixa (menos de um mínimo). A divisão foi feita considerando-se que 80% da população brasileira têm renda domiciliar de até dois mínimos.

A dificuldade de acesso ao ensino aumenta na proporção que a renda familiar diminui, sendo o Nordeste a área geográfica mais penalizada. Eles notaram que no Sul rural de renda baixa 88% das crianças entram na escola, enquanto no Nordeste rural de renda baixa, apenas 64% das crianças chegam à escola.

— Esta diferença de 24 pontos — afirmam os pesquisadores — não pode ser atribuída apenas às características sócio-econômicas das famílias. Acha-mos que a questão de acesso à escola, no Nordeste, está ligada à pobreza coletiva de sua população, pois o pobre no Nordeste rural é pobre em uma região também pobre, enquanto que o pobre no Sudeste rural é pobre em uma região relativamente rica.

Mesmo assim, raciocinam, devem existir outros fatores para justificar esta diferença de 24 pontos percentuais. “Será — indagam — que as relações sociais no interior do Nordeste incentivam a educação do povo? Será que as secretarias estaduais e municipais de ensino têm meios e políticas adequadas para gerenciar o ensino na área?” E concluem: “O problema de acesso à escola não está generalizado ao Brasil, mas, sim, restrito ao Nordeste rural, onde a situação é, no mínimo, trágica.”